

**LEI Nº 3.482, DE 15 DE SETEMBRO DE 2025
ALTERA A EMENTA, O ART. 1º, ART. 2º E O
INCISO II DO ART. 6º DA LEI Nº 3.433, DE 2 DE
JANEIRO DE 2025.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA**, Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono, na forma do art. 60, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Viana a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados a ementa, o art. 1º, o art. 2º e o inciso II do art. 6º da Lei nº 3.433, de 2 de janeiro de 2025.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Concessão de uso parcial do imóvel com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.” (NR)

“Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Concessão de Uso Parcial de Imóvel com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/ES, inscrito no CNPJ nº 03.743.301/0001-01, para disponibilizar o espaço do Centro de Qualificação Profissional, localizado na Rua Domingos Vicente, nº 10, 2º andar, Centro, no Município de Viana/ES.”

“Art. 2º A concessão de uso terá prazo inicial de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada por iguais períodos mediante avaliação de interesse público e conveniência administrativa, devidamente justificadas.”

.....
.....
“Art. 6º.....

.....
II - a qualquer momento, quando a concessionária se desviar das atividades relacionadas e das obrigações previstas nesta Lei, ou ainda de quaisquer das condições previstas no Termo de Concessão de Uso;”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Viana - ES, 15 de setembro de 2025.

WANDERSON BORGHARDT BUENO

Prefeito Municipal de Viana

Protocolo 1632318

Decreto

DECRETO Nº 233/2025

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO 265/2023 NOS ARTIGOS 1º, 2º, 3º E 4º, A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA E INSTITUI O COMITÊ MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS ENCARGADO DE PROMOVER E COORDENAR A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE VIANA/ES.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA**, estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 60, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Viana em conformidade com o disposto:

Na Constituição Federal, nos arts. 30 VI; 204; 211, § 2º; 212 e em especial no art. 227, que determina prioridade absoluta ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

Na Lei 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial sobre a política de atendimento dos direitos e a diretriz da municipalização do atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

Na Resolução nº 171/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal;

Na Lei nº 13.257, de 2016 - Marco Legal da Primeira Infância, que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas pela Primeira Infância, particularmente seu art. 8º e

Nas leis setoriais de saúde (nº 8.080/1990 - SUS), educação (nº 9.294/1996 - LDB), assistência social (nº 12.435/2011) e demais leis sobre cultura, esporte e lazer e proteção especial à criança;

E considerando

Os compromissos internacionais firmados pelo Brasil, em especial a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, das Nações Unidas, promulgadas, respectivamente, pelos Decretos nº 99.710/1990 e nº 6.949/2009, bem como outros documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário;

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, aprovados pela Cúpula da ONU em 2015, com destaque para os que dizem respeito direto às crianças, nº 1, 2 e 10, sobre a redução da pobreza e das desigualdades a partir da infância; nº 3, sobre saúde e bem estar; nº 4, sobre educação de qualidade a partir da educação infantil e nº 6, sobre água limpa e saneamento;

Os princípios e diretrizes do Plano Nacional pela Primeira Infância e seus objetivos e metas, elaborado pela Rede Nacional Primeira Infância e aprovado pelo CONANDA em dezembro de 2010 e

Os Planos Municipais de Saúde, de Educação e de Assistência Social e demais planos setoriais,

DECRETA:

Art. 1º Revogam-se os artigos 1º, 2º, 3º e 4º do Decreto 264/2023, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 2º Fica criado o Comitê Municipal Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância de Viana, conforme disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016 - Marco Legal da Primeira Infância. O Comitê terá como objetivo coordenar e promover a elaboração do Plano Municipal para a Primeira Infância, contemplando os direitos das crianças de até seis anos, de forma intersetorial e com a participação de órgãos municipais e da sociedade civil, em alinhamento ao Plano Nacional da Primeira Infância 2020-2030.

§ 1º Os órgãos e serviços públicos municipais prestarão apoio técnico e logístico, dentro de suas competências, para a elaboração do Plano previsto no caput deste artigo.

§ 2º O Plano Municipal para a Primeira Infância terá como áreas prioritárias: saúde, alimentação e nutrição, educação infantil, convivência familiar e comunitária, assistência social à criança e à família, cultura, brincadeiras e lazer, espaço urbano e meio ambiente, proteção contra qualquer forma de violência, prevenção de acidentes, bem como medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica e ao consumo.

Art. 2º Compete ao Comitê Municipal Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância:

I - elaborar o Plano Municipal para a Primeira Infância de maneira integrada, unindo esforços entre seus membros, em conformidade com as diretrizes do artigo 8º da Lei Federal nº 13.257/2016 e em consonância com o Plano Nacional da Primeira Infância 2020-2030;

II - garantir a articulação das ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança na primeira infância.

Art. 3º - Fica instituído o Comitê Municipal Intersetorial com a finalidade de promover e coordenar a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância de Viana, que será composto por um representante titular e um suplente dos seguintes órgãos:

I - da Administração pública municipal:

- a) Secretaria de Trabalho e Assistência Social;
- b) Secretaria de Educação;
- c) Secretaria de Saúde;
- d) Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude;
- e) Secretaria de Meio Ambiente;
- f) Secretaria de Defesa Social e Trânsito e
- g) Secretaria de Obras e
- h) Secretaria de Finanças;

II - da sociedade civil, indicados pelos seguintes órgãos:

- a) Conselho Municipal de Assistência social de Viana;
- b) Conselho Municipal de Educação;
- c) Conselho Municipal de Saúde
- d) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e
- e) Conselho Tutelar

§ 1º - Os membros do Comitê serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos ou entidades designados por Portaria do Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social.

§ 2º Na composição do Comitê deverá ser observada a equidade de representação entre integrantes da administração pública municipal e os representantes da sociedade civil.

§ 3º O Comitê Municipal Intersetorial será coordenado pelo Secretário

Municipal de Assistência Social que o presidirá, devendo convocar e coordenar as reuniões, apresentar proposta de cronograma de trabalho e etapas que deverão ser desenvolvidas.

§ 4º Na ausência do titular da Secretaria Municipal de Assistência Social, a

coordenação do Comitê Municipal Intersetorial será exercida por servidor indicado pelo Secretário.

§ 5º O Comitê poderá convidar representantes de outros órgãos, instituições, e entidades públicas ou privadas, além daquelas dispostas no art. 3º, bem como profissionais e especialistas de diferentes áreas, para reuniões, debates, palestras, seminários, com o objetivo de aprofundar a análise dos temas e propor sugestões para o Plano Municipal para a Primeira Infância, sem direito a voto.

§ 6º - As contribuições das crianças serão levadas em conta na redação do Plano Municipal pela Primeira Infância e elas serão informadas sobre o aproveitamento de suas idéias.

§ 7º A participação dos representantes do Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerado.

Art. 4º A representação dos órgãos, por meio de seus membros, deverá ocorrer pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, garantindo-se a possibilidade de alternância.

Parágrafo único. Poderá haver a recondução dos membros por igual período, nos termos do regimento interno.

Art. 5º A Comissão Municipal Intersetorial apresentará a versão preliminar do PMPI às organizações governamentais e da sociedade civil que participaram de sua elaboração e à sociedade em geral para debate, aperfeiçoamento e aprovação.

§ 1º - A apresentação poderá ser feita sob a forma, entre outras, de Consulta Pública, Audiência Pública, Seminário, Fóruns temáticos.

§ 2º - O PMPI de Viana deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme sua competência legal de órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à criança e ao adolescente.

Art. 6º O Plano Municipal pela Primeira Infância de Viana será enviado pelo Prefeito Municipal à Câmara de Vereadores, acompanhado de exposição de motivos e minuta de Projeto de Lei de sua aprovação.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Viana - ES, 15 de setembro de 2025.

WANDERSON BORGHARDT BUENO

Prefeito Municipal de Viana

Protocolo 1632623